

ANO XX N. 146 21/9/2023

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Resolução CSJT n. 312, de 22 de outubro de 2021*](#)

Dispõe sobre a instituição do Centro Nacional e dos Centros Regionais de Inteligência da Justiça do Trabalho.

(DEJT/CSJT, Cad. Adm. 20/9/2023, p. 4-7) *(Republicada em cumprimento ao art. 3º da Resolução CSJT n. 362, de 25.8.2023)

[Resolução CSJT n. 165, de 18 de março de 2016*](#)

Regulamenta o instituto da substituição no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau.

(DEJT/CSJT, Cad. Adm. 20/9/2023, p. 8-9) *(Republicada em cumprimento ao art. 2º da Resolução CSJT n. 363, de 25.8.2023)

LEGISLAÇÃO

[Lei n. 14.682, de 20 de setembro de 2023](#)

Cria o selo Empresa Amiga da Mulher.

(DOU 21/9/2023, Seção 1, p. 4)

[Lei n. 14.683, de 20 de setembro de 2023](#)

Institui o selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno.

(DOU 21/9/2023, Seção 1, p. 4)

[Lei n. 14.684, de 20 de setembro de 2023](#)

Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.

(DOU 21/9/2023, Seção 1, p. 5)

[Lei n. 14.687, de 20 de setembro de 2023](#)

Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça; e altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

(DOU 21/9/2023, Seção 1, p. 5)

[Lei n. 14.688, de 20 de setembro de 2023](#)

Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), a fim de compatibilizá-lo com o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e com a Constituição Federal, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para classificar como hediondos os crimes que especifica.

(DOU 21/9/2023, Seção 1, p. 5-8)

[Lei n. 14.689, de 20 de setembro de 2023](#)

Disciplina a proclamação de resultados de julgamentos na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf); dispõe sobre a autorregularização de débitos e a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, sobre o contencioso administrativo fiscal e sobre a transação na cobrança de créditos da Fazenda Pública; altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e as Leis nºs 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execução Fiscal), 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 13.988, de 14 de abril de 2020, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e revoga dispositivo da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

(DOU 21/9/2023, Seção 1, p. 8-9)